

Esquerda acha o acordo difícil

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Da mesma forma que o deputado Roberto Cardoso Alves, a esquerda do PMDB acredita que são mínimas as chances de acordo nas negociações com o Centrão no título que trata da ordem econômica e financeira. Os dois grupos estiveram reunidos ontem por mais de quatro horas e, ao final do encontro, a expectativa era de que qualquer acordo só será feito pouco antes da votação, na terça-feira.

Um acordo, entretanto, pressupõe que a esquerda do PMDB aceite aprovar em plenário o substitutivo do Centrão ao texto da Sistematização, ressaltados os destaques, só que o PMDB não se mostrou disposto a acatar tal sugestão. O impasse maior está na definição de empresa nacional, que norteará outros conceitos, como participação do capital estrangeiro e exploração de recursos minerais.

"Estamos em processo de aproximação efetiva", disseram ontem o deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), do Centrão, e o senador Mário Covas (PMDB-SP), da esquerda do partido. Na verdade, ambos os lados consideram praticamente impossível chegar a um consenso sobre a essência do projeto, limitando-se a negociar os acessórios.

O primeiro e mais difícil ponto de negociação a entrar em votação é a definição de empresa nacional. A fórmula a que chegaram os dois grupos ainda não satisfaz a nenhuma das partes. O novo texto diz que "empresa brasileira de capital nacional é a pessoa jurídica constituída e com sede no País cujo controle efetivo, na forma da lei, esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País ou de entidades de direito público interno".

Segundo Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), um dos líderes do Centrão, a fórmula transita bem no grupo, "porque não comete a insanidade de prejudicar as empresas tripartites, permitindo as joint ventures". Mas o texto desagradou alguns integrantes do grupo, que acreditam poderão surgir dificuldades no momento de a lei ordinária definir como será o controle efetivo da empresa. Eles temem que a lei seja rígida na definição do controle e impeça o ingresso do capital estrangeiro. O deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), da esquerda do PMDB, acha que parte significativa do seu grupo pode até considerar boa a proposta, "mas não há uma avaliação completa sobre os demais".

Na questão da mineração, um acordo é praticamente impossível, segundo avaliação de membros dos dois grupos. "O mais certo é que a exploração de minerais só seja decidida no voto", afirmou Mário Covas.



Newton Aguiar - 21.9.87

Para Covas, exploração de minerais se decidirá no voto

Para tributarista, tanto imposto é insuportável

A reforma tributária aprovada pela Constituinte vai "inviabilizar economicamente o Brasil e o contribuinte não terá condições de suportar a carga de impostos que recairá sobre ele". Esta é a conclusão do tributarista Ives Gandra Martins, depois de analisar o capítulo de orçamento e tributação do texto constitucional. Ele acha que tudo não passou de um acordo prejudicial aos contribuintes.

"Os parlamentares do Nordeste trocaram o apoio aos 5% sobre o Imposto de Renda para os estados pelo aumento para 3% destinados aos fundos de desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste", explica o tributarista, apontando uma incoerência. A União perdeu cinco impostos únicos e 47% do Imposto de Renda e do IPI para os estados e municípios. "Mas continua com seus encargos com a previdência, aumentados ainda mais depois da votação da ordem social."

As mudanças aprovadas pelos constituintes, no entanto, também não resolverão os problemas dos estados e municípios. Segundo Ives Gandra, "serão positivas somente para os governantes que detêm o poder de um estado inchado de atributos".

Geraldo Ataliba, professor de Direito Tributário e Constitucional da USP e da PUC, ficou alarmado com a quantidade de leis complementares necessárias para definir o Direito Tributário na futura Constituição. Ele prevê que isso "criará insegurança tanto para estados e municípios quanto para os contribuintes".

Para o professor, "será a mesma coisa que não ter Direito algum, já que o texto da Constituição permitirá ao Congresso alterar as regras a qualquer momento". Por isso, ele lamenta que o sistema rígido da legislação tributária de 1934 esteja com seus dias contados.

Se houve consenso final na votação da reforma tributária, a expectativa é de muita discussão, esta semana, quando a Constituinte analisar os títulos seguintes do capítulo da Ordem Econômica. O deputado Brandão Monteiro, líder do PDT, espera polêmica na votação dos itens referentes à propriedade rural, conceito de empresa nacional e mineração. Defensor do texto da Comissão de Sistematização, ele argumenta que "é preciso proteger a empresa nacional do capital estrangeiro, já que nosso dinheiro é mais frágil".

Para o deputado Florestan Fernandes (PT-SP), ou se chega a um acordo prévio ou haverá confronto no plenário. "O Centrão está articulado, só resta saber se seus integrantes aparecerão na votação", diz ele, lembrando a existência de um movimento para adiar a discussão do assunto.

Embora os textos do Centrão e da Sistematização sejam iguais em alguns pontos, Florestan Fernandes destaca que há muitos interesses dispersos, o que pode provocar o impasse. Sobre a reforma agrária, admite que "a tendência é manter o acordo que já foi formalizado e resultou no projeto do Centrão".

Os ruralistas concentram-se em Brasília

Depois de mais de 30 dias de trabalho contínuo, os produtores rurais garantem: se comparecerem ao plenário mais de 520 constituintes nos dias de votação da política agrícola e reforma agrária, conseguirão um texto favorável à classe produtora rural.

Os ruralistas, mais de 500, estão em Brasília há mais de um mês, vindos dos 250 escritórios regionais da União Democrática Ruralista, conversando com deputados e senadores e mobilizando as bases parlamentares. Relatórios diários dessas conversações são lançados em um mapa e as informações cruzadas no computador permitem aferir terem chegado aos 520. "É isso o que necessitamos para ter a certeza do direito de propriedade garantido", disse Ronaldo Calado, presidente da UDR.

Para atingir essa meta, as entidades que congregam agricultores e pecuaristas querem ver aprovado o texto apresentado pelo Centrão para o capítulo III, mas redigido pela própria UDR, com a ajuda de membros da Sociedade Rural Brasileira, da Organização de Cooperativas Brasileiras e da Confederação Nacional da Agricultura, juntamente com constituintes da Frente Parlamentar da Agricultura.

"Esse texto reflete 100% o desejo da classe produtora rural a nível nacional", afirma Caiado. A luta dos ruralistas começa no artigo 218, da Comissão de Sistematização, que vincula o direito de propriedade a uma função social, definida em parágrafo único: "Propriedade racionalmente aproveitada, conserva recursos naturais, preserva o meio ambiente, observa as disposições legais que regulam as relações de trabalho e favorecem o bem-estar entre trabalhadores e produtores".

Neste ponto, os produtores brigam para que seja simplesmente garantido o direito de propriedade do módulo rural, "cujo uso corresponde a uma função social, que deve ser adequadamente aproveitada, de modo a manter o meio ambiente. O produtor deve observar as relações de trabalho, só isso trará tranquilidade para o campo", observou o presidente da UDR.

Definindo o texto do Centrão como liberal e democrático, Caiado prometeu ainda que nos dias da votação deste capítulo vai lotar as galerias do Congresso Nacional, considerando essa a última chance que a classe rural tem de ver uma redação favorável ao setor. Depois, no segundo turno de votação, serão permitidas somente emendas supressivas.